



Ministério do Turismo

# **Avaliação Ambiental Estratégica**

## **REGIÃO COSTA NORTE**

*- Linha de Base: Participação Social -*

*Descrição e Análise dos Atores Sociais na Costa Norte*



## Sumário

INTRODUÇÃO .....	259
1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	259
2. SOCIEDADE E TURISMO .....	261
3. SETOR PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.....	265
4. CONSELHOS DE CONTROLE SOCIAL E PRINCIPAIS FÓRUMS DE PARTICIPAÇÃO .....	269
5. SETOR EMPRESARIAL.....	271
6. ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS.....	276
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	279
Anexo I.....	280



## Tabela

Tabela V 1 — Estrutura Pública Local para Meio Ambiente e Turismo na CN .....	268
Tabela V 2 — Conselhos Municipais Existentes nos Municípios da CN.....	269
Tabela V 3 — Estabelecimentos Comerciais por Município da CN .....	271
Tabela V 4 — Composição Empresarial do Setor Turístico na CN.....	272
Tabela V 5 — Organizações Empresariais de Turismo por Município .....	274
Tabela V 6 — Organizações Não-Governamentais na Costa Norte.....	278



## V – PARTICIPAÇÃO SOCIAL

### INTRODUÇÃO

Este documento descreve de maneira sucinta a situação da participação social na Costa Norte, que compreende os estados de Ceará, Piauí e Maranhão, envolvendo doze municípios: Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Barroquinha, Cajueiro da Praia, Luís Correia, Ilha Grande, Parnaíba, Araisos, Tutóia, Água Doce do Maranhão, Paulino Neves e Barreirinhas.

O objetivo do documento é o de fundamentar uma proposta de estratégia de participação social na elaboração e acompanhamento da Avaliação Ambiental Estratégica na Costa Norte envolvendo os atores sociais público, privados e de terceiro setor, suas características, formas de atuação e conflitos.

Para a realização do trabalho foram utilizados dados secundários de bases oficiais como IBGE, SUS e do Ministério do Turismo, outros levantados pelo Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (LIMA/COPPE/UFRJ) e, finalmente, dados primários provenientes de entrevistas e visitas realizadas aos locais nos meses de outubro e novembro de 2006.

### 1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Apesar das aparências de uma sociedade frágil e desorganizada, a região da CN é detentora de uma imensa quantidade de pequenas organizações de natureza muito diferenciada. Esta diversidade se manifesta na existência local de organizações de empresários e trabalhadores, próprias ao mundo do trabalho, passando pelas organizações comunitárias ou de vizinhança, até as organizações ambientalistas e culturais.

Foi identificada, atualmente, pouca presença de ONGs, exceto nos municípios de Jericoacoara e Parnaíba, mas notou-se seu crescimento e não apenas nestas cidades. Aparentemente, e de modo mais geral para o território da CN, as iniciativas de associação, tanto privadas como de terceiro setor, parecem, em grande parte, recentes e pouco estruturadas. À maioria dessas organizações falta capacidade de mobilização e de influência, além de visibilidade em relação às questões da gestão pública.

As primeiras parcerias de organizações locais com organizações regionais e mesmo nacionais ou internacionais começam a ser encetadas, particularmente entre as ambientalistas e as comunitárias, como se pôde verificar, com mais frequência, em Parnaíba.

No plano empresarial, novas formas de organização e intervenção ganham corpo, sinalizando clara tendência ao crescimento. Assim, constatarem-se iniciativas de cooperação empresarial local para evitar práticas predatórias ao mercado e ao meio natural, a exemplo da organização entre bugueiros de Jericoacoara, entre toyoteiros de Barreirinhas e entre proprietários de barcos e receptivos em Parnaíba.

Além disso, alcançando a região como um todo, afloram parcerias entre empresas de transporte e hospedagem geridas por agências de receptivo ou pelos meios de hospedagem de maior porte, como os *resorts*,

que começam a praticar a divisão do trabalho entre diferentes prestadores de serviço de cada cidade-âncora, a fim de tornar o turismo mais interessante e barato para o turista, além de mais rentável para as empresas.

O turismo funciona como principal catalisador dos movimentos e das mobilizações sociais, mesmo que locais e de pequena intensidade. São ações normalmente relacionadas à defesa de interesses coletivos ameaçados pela expansão do turismo ou à gestão de conflitos em relação à participação e inserção no mercado turístico. Por vezes, elas se relacionam com disputas políticas ou reivindicatórias, mas são casos pontuais e restritos a alguns poucos municípios.

Pode-se apontar na região a existência de uma pequena cultura de associativismo, sobretudo, no meio popular, com diferenças marcantes no território. Muito forte em Jericoacoara e menos em Jijoca, mais em Camocim e menos em Barroquinha, para citar as localidades cearenses. No entanto, particularmente em Jericoacoara, notam-se manifestações de descrença quanto aos resultados efetivos da participação.

Esse tipo de associativismo, aparentemente, está presente em todos os municípios dos outros dois estados, sempre de forma desigual, mas surpreendente para a cultura urbanizada. Assim, pequenos municípios como Paulino Neves ou mesmo pequenas localidades como distritos ou localidades possuem alguma forma de organização. Algumas vezes em torno da escola, outras vezes em torno de atividades econômicas ou mesmo de defesa do território. Com exceção de Araiões, Água Doce do Maranhão e Barroquinha, que não foram visitados, em todos os municípios foram constatadas micro-organizações populares.

A relação com o poder público se mostra, simultaneamente, conflituosa e passiva em locais como Camocim, onde se percebeu um momento especial em termos de participação popular, em razão de uma crise ocorrida na cidade em torno da figura do Prefeito; ou em Jijoca, em que a maioria da população se manifesta também em oposição ao Prefeito; ou mesmo em Barreirinhas, onde os empresários pediram a demissão do Secretário de Turismo.

De toda forma, constatou-se em geral uma tensão entre organizações e poder público, manifesta ou não, em quase todos os municípios visitados.

Obstáculos ao desenvolvimento do associativismo e da participação encontram-se na pouca escolaridade da população, no alto índice de pobreza e na ausência de tradição associativa. A pouca escolaridade, aliás, apresenta-se como uma base material exígua para a qualificação profissional, assim como, se constitui em obstáculo para as pessoas pensarem assuntos referentes a futuro, longo prazo e planejamento, quer seja individual, familiar, empresarial ou referente ao espaço público.



## 2. SOCIEDADE E TURISMO

O turismo no território da Costa Norte está principalmente vinculado a lazer, contemplação, esporte e aventura no ambiente natural, realizados na zona costeira.

Na região, o primeiro ponto a merecer considerações é a disparidade da realidade do turismo nas localidades investigadas. Há municípios em que a atividade turística é a predominante, como Jericoacora, Barreirinhas e Luís Correia, embora neste último, uma atividade turística distinta, pois estritamente regional. Em outros, como Parnaíba, ela é constante, mas secundária. No caso de Ilha Grande, é marginal, funcionando exclusivamente como ponto de passagem para passeios no Delta; caso semelhante ocorre em Araióses, em que suas ilhas servem de ponto de pouso nos passeios do Delta. Noutros municípios é ainda incipiente como em Paulino Neves, Tutóia, Camocim, Barroquinha e Cajueiro da Praia. E, finalmente, em outros, como Água Doce do Maranhão, inexistente.

O segundo aspecto refere-se ao potencial de desenvolvimento equilibrado relacionado a essa atividade. O desenvolvimento do turismo nas cidades âncoras não pode ser considerado exemplar. É, simultaneamente, visível e preocupante a dificuldade de se promover a atividade turística de forma ambiental e socialmente equilibrada, além de um equilíbrio na inserção das doze localidades na atividade turística.

No Maranhão, no município âncora, a cidade de Barreirinhas já possui, além de atratividade, infraestrutura turística instalada e um grande dinamismo turístico, com aumento do fluxo e, conseqüentemente, da migração. Neste sentido, convive com impactos positivos e negativos decorrentes desta atividade turística: assoreamento do Rio Preguiças, abuso sexual infanto-juvenil, aumento do abandono escolar por parte dos adolescentes, crescimento do tráfico de droga, dentre outros. E, atualmente, compete com Santo Amaro para manter sua posição de porta de entrada para o Parque dos Lençóis Maranhenses.

A segunda âncora turística, Parnaíba, não é uma cidade inerentemente turística, mas sim um centro importante na dinâmica regional da CN por sua concentração de serviços e comércio. Ela é o centro de referência dos municípios de Ilha Grande, Luís Correia, Cajueiro da Praia no Piauí e Araióses, Paulino Neves e Tutóia no Maranhão. Devido a seu porte, é uma cidade que concentra muitas representações de instituições públicas e privadas e serviços básicos.

A cidade de Parnaíba é, ao mesmo tempo, uma âncora e um ponto de acolhimento de trânsito no roteiro, mas ainda assim, seu poder econômico regional demonstra-se mais relevante do que sua atratividade turística em termos nacionais. Turisticamente, existe a dificuldade de o Delta do Parnaíba ainda não ser tão conhecido quanto os outros dois atrativos-chave da região, como os Lençóis Maranhenses e a Vila de Jericoacoara. Essa problemática está presente mesmo em materiais de divulgação do roteiro, acirrando uma falta de identidade, já que o local é denominado pelo estado do Maranhão como "Delta das Américas" e, pelo Piauí e roteiro integrado, como "Delta do Parnaíba".

A terceira cidade âncora, Jericoacoara, tem atratividade turística similar à de Barreirinhas, por três razões. A primeira é a sua antigüidade, a segunda a sua divulgação nacional e internacional e, a terceira, a aproximação de um centro turístico de maior envergadura, que é Fortaleza. Cada qual, porém, com sua atratividade própria. Jericoacoara, hoje, é um povoado cearense que comporta habitantes de todo o Brasil, e mesmo vários

estrangeiros, e se transforma em um povoado global nas épocas de pico no fluxo turístico: julho/agosto e dezembro/janeiro.

Paralelamente ao caso de Parnaíba, no Estado do Ceará, a cidade de Camocim mostra-se como aquela de maior porte, mas, apesar disso, não é aquela com maior atratividade turística. Ao mesmo tempo, é a cidade cearense do roteiro integrado com maior independência do turismo como atividade econômica, visto que possui comércio, indústrias e pesca como atividades mais importantes.

O terceiro aspecto que, inicialmente, chama a atenção na análise da sociedade e do turismo na CN é o poder do turismo em catalisar as ações sociais, pois ele é, simultaneamente, o nascedouro e o ponto de desagendamento da maioria das ações e conflitos no território, embora de forma diferenciada.

De modo geral, percebe-se em todas as cidades visitadas uma expectativa, talvez superestimada, quanto aos ganhos com o turismo, que pode, algumas vezes, causar efeitos danosos a outros setores da economia, como a pesca tradicional.

Apesar de euforia relacionada ao turismo nas localidades e normalmente boa aceitação dele, parece haver ressentimentos de dois tipos em relação à atividade turística. A título de exemplo: enquanto pessoas envolvidas com o turismo em Camocim se ressentem por não obter resultados expressivos como a vizinha Jericoacoara, essa por sua vez, se ressentida das modificações produzidas pelo turismo na comunidade<sup>1</sup>, mostrando duas diferentes percepções acerca da atividade turística.

Como resultados atribuídos ao turismo, são identificados aspectos positivos e negativos, principalmente na vila de Jericoacoara, por ser a localidade mais evidentemente impactada por essa atividade. Houve, por um lado, a “expulsão” dos moradores de suas atividades originais como a pesca e a grande quantidade de venda das casas em virtude da valorização dos terrenos. Por outro lado, a atividade turística, próspera na cidade, resultou no retorno de pessoas nativas que tinham sido levadas a abandonar a vila em busca de trabalho. Não se verificou na cidade ampla existência de turismo sexual, entretanto o consumo e venda de drogas são tratados como assuntos cotidianos pela maioria dos entrevistados. Muitas vezes a liberdade de compra e consumo é utilizada não só pelos turistas, mas pelos moradores. Em algumas entrevistas foi registrado que essa “liberdade com drogas” é inclusive um atrativo para o turista.

Dentre as doze cidades da CN, há aquelas sobre as quais não se pode apontar o turismo como um vetor que tenha transformado as dinâmicas locais com profundidade, como Luís Correia, Camocim, Araisos, Barroquinha, Cajueiro da Praia e Água Doce do Maranhão.

Cada qual dessas cidades possui sua especificidade de ocupação e suas limitações para participar de forma mais contundente no mercado turístico. Como rotas de passagem há locais tais como Ilha Grande, Luís Correia e Camocim, todos muito próximos às cidades-âncoras do roteiro para que se justifique o pernoite do turista.

---

<sup>1</sup> FONTELES, José Osmar. Turismo e Impactos Sócio-Ambientais. São Paulo: Aleph, 2004. Capítulo 3 – A construção do lugar: ações, reações e reflexos do turismo em Jericoacoara.

No caso de Luís Correia, a cidade é pólo receptor do turista de Teresina, que tem casa de veraneio, ou de turista que procura hotéis de mais alto padrão e à beira-mar como os hotéis Islamar e Ecoresort Aimerê. Entretanto, a taxa de ocupação anual e os retornos com a atividade levam a obter um ganho econômico pouco expressivo na maior parte dos casos, o que resulta em baixos reinvestimentos na estrutura atual. A ocupação da pequena parcela da população que trabalha no próprio município ainda é gerada em grande parte pelo serviço doméstico de manutenção das casas de veraneio. Atualmente, a localidade está sofrendo intervenções em sua infra-estrutura de barracas de praia e restaurantes à beira-mar (PRODETUR), além de mostrar iniciativas conjuntas entre os empresários.

Camocim, distante de uma hora de bugue de Jericoacoara, ocupa lugar marginal no ganho econômico com o turismo, por ser, sobretudo, um ponto de passagem para compor a rota de deslocamento e não necessariamente destino para o turista que viaja pela região, debilitando a intenção de gerar um desenvolvimento regional equilibrado. Constate-se, no entanto, um esforço local meritório para ganhar mais espaço no mercado turístico local, por suas atrações (praias, passeio no rio com acesso a cavalo marinho e dunas) e pequena, mas boa infra-estrutura local já implantada.

Os municípios de Barroquinha, Cajueiro da Praia e Água Doce do Maranhão situam-se na contramão do roteiro, pois suas sedes municipais encontram-se fora do deslocamento no interior do roteiro, com a diferença de que os dois primeiros detêm algumas atrações turísticas e o segundo não. Também Paulino Neves está relativamente distante dos locais âncoras, com difícil acesso e pouquíssima infra-estrutura local, apesar de suas atrações turísticas e do potencial de oferecer uma vida bastante rústica.

Tutóia e Araiões, por sua vez, participam do turismo do Delta por suas ilhas e portos, mas com pouca capacidade de atrair turistas para suas sedes, sobretudo Araiões, que está distante da rodovia e apresenta condições ruins de acesso. Isso pode significar inserção da localidade a partir de outros pontos, onde os empregos são gerados e os empreendimentos ficam sediados, o que não garante influxo de turistas ou recursos financeiros para a própria cidade que detém o atrativo.

Tutóia, por sua vez, apesar de não ser passagem obrigatória ao turista, já que carece de um desvio para o acesso, apresenta potencialidade por ser um ponto de acesso fácil ao Delta e aos pequenos lençóis. A cidade conta com alguma infra-estrutura turística já instalada e com ações iniciais de melhorias na urbanização, conservando simultaneamente, um estilo de vida rústico que poderia oferecer proximidade do turista à população local.

O que se percebe é uma esperança e euforia, não se sabe o quão real, quanto aos resultados econômicos do turismo para os municípios. E, um dos problemas correntes em algumas localidades é a expectativa frustrada de ganhos sobre o turismo para essas localidades, ainda que possuam atrativos e alguma infra-estrutura (de hospedagem, alimentação e receptivo).

Estrategicamente, essa situação poderia ser contornada ao se entender a posição distinta que as cidades ocupam no sistema turístico, sendo algumas rotas de passagem, o que pressupõe uma estrutura para acolher essa especificidade, ou como destinos levantando outras necessidades a serem atendidas. Isso suplanta a visão do roteiro como uma justaposição de destinos turísticos em si e passa a reconhecê-lo como um percurso com localidades que apresentem atrações e estruturas complementares.



Analisando agregadamente a participação de cada um dos três estados na arena de decisões relativas ao roteiro, infere-se uma participação mais tímida do Piauí. Essa disparidade é percebida por alguns participantes, em comparação aos estados parceiros da CN, em virtude de seus menores investimentos e histórico como destino turístico. Isso faz com que haja uma estrutura privada menos articulada, bem como a pública, gerando um desequilíbrio de poder para a tomada de decisões frente ao Maranhão e ao Ceará. A participação do estado do Piauí no roteiro foi reconhecida como resultado da falta de orçamento da PIEMTUR, que não tem possibilitado contrapartidas financeiras nas ações conjuntas.

### 3. SETOR PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

A região da CN é objeto de inúmeras intervenções federais e estaduais. Foram identificadas na região muitas iniciativas desencontradas ou pouco concertadas: governos estaduais, Sebrae, MTur, Infraero, municípios. No plano federal destacam-se as diversas naturezas de intervenções, associados com os estados e municípios<sup>2</sup>.

Os municípios mais contemplados com programas (não necessariamente com verbas) são Jijoca de Jericoacoara, Camocim e Parnaíba, seguidos de Barroquinha e Barreirinhas. Assim, os municípios do Ceará são mais aquinhoados de programas federais, refletindo talvez a sua capacidade de articulação no plano nacional.

O IBAMA possui atividade de destaque na região, tanto em sua função reguladora de atividades referentes ao meio ambiente quanto em parcerias com projetos regionais, como o do peixe boi e o Instituto Ilha do Caju. Apesar dessa presença, ainda se vê que as construções e o uso das praias de Luís Correia, principalmente, não seguem regras de manejo ou ordenamento territorial que zelem pela integridade do ambiente natural. Também com função de regulação e sanção na região, foi identificada a capitania dos portos no Porto dos Tatus, que monitora as práticas dos barqueiros presentes em Ilha Grande.

Especialmente nas ilhas do Delta, o Incra é um órgão atuante devido aos conflitos fundiários que cercam a região, principalmente entre os agricultores de arroz, catadores de caranguejo e investidores externos.

Quando se trata especificamente do roteiro integrado, de acordo com as observações e entrevistas de campo no local, o Sebrae aparece como a instituição de caráter público mais citada pelos entrevistados. Atualmente, ele trabalha tendo em vista compor um mecanismo de gerenciamento integrado do roteiro com representações e reuniões de comitês chamados de "gestor" (composto por representantes dos setores empresariais mais importantes para o turismo na região).

A iniciativa do SEBRAE de criação de comitê ou núcleo gestor de turismo, especialmente nos municípios do Maranhão, mas em parte em todos os estados, tem estimulado a organização empresarial. Assim, associações comerciais, de guias, de meios de transporte são estimuladas e valorizadas ao serem inseridas em certos processos decisórios.

O SEBRAE possui estrutura descentralizada, com escritórios e consultores presentes em diversas cidades, entre elas Jericoacoara, Barreirinhas, Parnaíba e Camocim. No final de 2006 estava previsto o convite para participar do comitê executor das doze prefeituras da CN, ONGs e universidades, conforme levantado em entrevistas com gestores do projeto. Na visão de futuro dos gestores do SEBRAE, tanto nacional quanto estaduais, o comitê gestor formado pela iniciativa privada será a esfera principal de governança do roteiro, visto que a instituição deverá deixar o projeto em 2007 a cargo desse comitê.

Além do SEBRAE, atuam na região o Mtur e a Agência Espanhola de Cooperação em parceria na execução de projeto de desenvolvimento sustentável de destinos com municípios que coincidem com aqueles apresentados pelo SEBRAE, e com enfoque na capacitação. A exemplo do SEBRAE, o Mtur tem previsão de inaugurar representações locais para garantir uma gestão mais desconcentrada das políticas para Jericoacoara.

<sup>2</sup> Ver item referente a Planos e Programas.

Diversas falas dos entrevistados deixaram clara a falta de articulação entre as intervenções propostas por essas diferentes instituições, tanto nas esferas de administração nacional quanto nas ações locais gerando, como já constatado pela equipe do LIMA em viagem anterior, superposição de ações, inclusive confundindo os participantes das ações.

Surge no território um novo ator social de potencial importância para o roteiro integrado: o Consórcio entre os três estados da CN que está sendo delineado no momento e foi citado por muitos dos entrevistados, ainda que sem informação precisa sobre sua atuação. Essa iniciativa já foi assinada pelos governadores dos estados envolvidos em um protocolo de intenções e terá como meta a execução de ações conjuntas de desenvolvimento, não apenas no turismo.

O Poder Municipal é o mais próximo e sobre os quais recaem as reclamações, queixas e reivindicações, particularmente do meio empresarial. As queixas mais frequentes foram relacionadas à corrupção do governo local, falta de transparência nos gastos e nas eleições.

Referentemente às secretarias de turismo existentes nas localidades, nenhum dos entrevistados citou-as como ativas localmente, com exceção de Barreirinhas, e assim mesmo de forma contraditória. Percebeu-se também pouco conhecimento por parte dos entrevistados sobre o que seria o PDITS.

De modo geral, o levantamento das estruturas públicas locais mostra que a maioria dos municípios da CN, ou seja, 9 (nove) entre os 12 (doze), possuem alguma forma de representação local de meio ambiente, seja ela em forma de departamento ou secretaria voltada somente para o assunto ou compartilhada com outras áreas. Exclusivamente para o turismo, foram encontradas secretarias apenas em 3 (três) municípios, sendo somente em Paulino Neves encontrada uma mesma secretaria para meio ambiente e turismo.

Em Tutóia, segundo o levantamento do IBGE/2004, não existe secretaria para assuntos de meio ambiente ou turismo. Entretanto, a verificação de campo mostrou que foi criada recentemente uma secretaria para assuntos ambientais. Assim como em Camocim, que não registra no banco de dados do IBGE a existência de secretarias de turismo ou meio ambiente, a visita de campo mostrou a criação da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, responsável pelas áreas de meio ambiente, turismo, agricultura, pesca, indústria e comércio.

No Piauí, diferentemente dos demais estados, existe uma estrutura recentemente desconcentrada da PIEMTUR (órgão estadual de turismo do Piauí), com representação em Parnaíba e com participação direta nas reuniões e encontros do roteiro integrado promovidos pelo SEBRAE, que também apresenta um escritório na mesma cidade. Também em Parnaíba, destaca-se o escritório da Secretaria de Meio Ambiente da região do litoral norte, que mantém ações em parceria com diversas organizações do terceiro setor a fim de promover educação ambiental, limpeza das praias da região, conscientização e inclusão dos jovens.

No Ceará, a primeira versão do PRODETUR resultou em um terminal de passageiros no Aeroporto Internacional Pinto Martins e a abertura de, aproximadamente, 124 quilômetros de rodovias. Neste momento encontra-se em sua segunda versão, que engloba dezoito municípios, dos quais dois fazem parte da CN, sendo eles Camocim e Jijoca de Jericoacoara. E, é referente a essas obras que surgem os maiores conflitos entre organizações ambientalistas e investimentos considerados impróprios à fragilidade daquele ecossistema.

Um dos temas mais recorrentes em todos os estados da CN é o início das atividades do aeroporto internacional de Parnaíba, com a expectativa dos empresários de vôos *charters* originários da Itália ainda para o verão de 2006-7. Alguns contratos já foram firmados para o recebimento desses turistas, mas o aeroporto ainda não está operando com grandes aviões. Além da expectativa estadual acerca desse aeroporto, existe o conflito com ações do PRODETUR II no Ceará, que prevê a construção do aeroporto de Parazinho para dar entrada ao roteiro integrado via Camocim<sup>3</sup>. Entretanto, o fluxo de turistas não parece justificar duas obras de tal vulto.

Quanto ao envolvimento da academia com os atores do roteiro, aparecem principalmente aquelas de caráter público e com papel mais destacado no Ceará e no Piauí.

No Ceará, as universidades (UFCE, UECE, UVA) aparecem empreendendo pesquisas e demonstram parceria com o IBAMA nesses estudos. Expressiva parte da atuação em parceria das universidades e das ONGs da região, entre elas a SOS Jeri e Instituto Terra Mar, o Fórum dos pescadores e pescadoras e o Fórum Defesa da Zona Costeira, é direcionado a fazer frente à atuação do PRODETUR, considerada por eles como inadequada por investir em grandes projetos que geram pouca inclusão social, além de utilizar mecanismos inadequados de participação social, bem como limitada preocupação com a sustentabilidade em sentido mais amplo.

No Piauí, a academia tem presença na cidade de Parnaíba apenas, e participa de projetos com ONGs e com a Embrapa Meio Norte, que trabalha para desenvolver soluções em cultivo de ostras e inclusão social de jovens na região.

A **Tabela V 1** apresenta a estrutura pública na CN.

---

<sup>3</sup> Embora conste do PDITS do Ceará, esta proposta não consta das ações aprovadas pelo PRODETUR II-NE.

Tabela V 1 — Estrutura Pública Local para Meio Ambiente e Turismo na CN

	Municípios	Representação Pública Local de Meio Ambiente e Turismo
PI	Parnaíba	Representação local da Empresa Piauiense de Turismo (PIENTUR) e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR/ Litoral Norte)
PI	Ilha Grande	Departamento ou órgão similar para tratar da questão ambiental
PI	Luis Correia	Secretaria de Meio Ambiente
PI	Cajueiro da Praia	Secretaria de Turismo Departamento ou órgão similar para tratar da questão ambiental
CE	Barroquinha	Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura, Pesca e Turismo
CE	Camocim	Inexistente * Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável
CE	Jijoca de Jericoacoara	Secretaria de Turismo
MA	Barreirinhas	Secretaria de Meio Ambiente Secretaria de Turismo
MA	Paulino Neves	Secretaria de Meio Ambiente e Turismo
MA	Tutóia	Inexistente *Secretaria de Meio Ambiente
MA	Água Doce do Maranhão	Inexistente
MA	Araioses	Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura

Nota: \* apesar de constar no cadastro do IBGE como inexistente, as visitas de campo no ano de 2006 mostraram a recente criação dos órgãos mencionados.

Fonte: LIMA/COPPE/UFRJ, a partir de dados do Perfil dos Municípios Brasileiros, IBGE, 2004.



#### 4. CONSELHOS DE CONTROLE SOCIAL E PRINCIPAIS FÓRUMS DE PARTICIPAÇÃO

De maneira bastante geral, podemos caracterizar a existência de três grandes espaços institucionais nas sociedades modernas: o Estado, a sociedade civil e o mercado.

O funcionamento de cada um deles está submetido a regras próprias e ao controle mínimo que cada um deve ter sobre o outro. Em se tratando do Estado na sua dimensão local — o município — não há como deixar de discutir a questão do controle social como um importante mecanismo para garantir o cumprimento das funções das competências municipais, elencadas pela Constituição Federal para a administração pública: legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade, eficiência.

Portanto, o tema da participação social dos cidadãos na gestão pública municipal adquire importância substantiva. No Brasil, os órgãos colegiados que ensejam a participação popular na gestão das políticas públicas, são os Conselhos. Estes têm conhecido uma expansão numérica em todas as esferas de governo e, particularmente, na esfera municipal, desde a década de 1990.

Uma análise geral sobre o Brasil demonstra que a instituição destes órgãos colegiados está mais amplamente difundida em municípios mais populosos e menos difundida entre municípios pouco populosos.

No que interessa ao presente diagnóstico, foram selecionados diversos conselhos, conforme apresentado na Tabela V 2.

Tabela V 2 — Conselhos Municipais Existentes nos Municípios da CN

Municípios	Conselhos na área da Costa Norte												
	Educação*	Direito da Criança e do Adolescente*	Tutelar da Criança e do Adolescente*	Saúde*	Assistência Social*	Trabalho/ Emprego*	Turismo*	Cultura ***	Habitação ***	Meio ambiente **	Transporte*	Política urbana ou Desenvolvimento Urbano***	Promoção do Desenvolvimento Econômico*
Barroquinha	-	SIM	-	SIM	SIM	SIM	-	-	-	SIM	-	-	-
Camocim	SIM	SIM	SIM	SIM	-	-	-	-	-	SIM	-	-	-
Jijoca de Jericoacoara	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	-	SIM	-	-	SIM	-	-	-
Água Doce do Maranhão	SIM	-	-	SIM	SIM	-	-	-	-	-	-	-	-
Araioses	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	-	-	-	-	-	-	-	-
Barreirinhas	-	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	-	-	-	-	-
Paulino Neves	SIM	-	-	SIM	SIM	-	-	-	-	SIM	-	-	-

Municípios	Conselhos na área da Costa Norte												
	Educação*	Direito da Criança e do Adolescente*	Tutelar da Criança e do Adolescente*	Saúde*	Assistência Social*	Trabalho/Emprego*	Turismo*	Cultura ***	Habitação ***	Meio ambiente **	Transporte*	Política urbana ou Desenvolvimento Urbano***	Promoção do Desenvolvimento Econômico*
Tutóia	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	-	-	-	-	-	-
Cajueiro da Praia	SIM	SIM	-	SIM	SIM	-	SIM	-	-	-	-	-	-
Ilha Grande	-	-	SIM	SIM	SIM	-	SIM	-	-	-	-	-	-
Luís Correia	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	-	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Parnaíba	-	SIM	SIM	SIM	SIM	-	-	-	-	SIM	SIM	-	-

Notas: (\*) dados de 2002; (\*\*) dados de 2004; e (\*\*\*) dados de 2005.

Fonte: LIMA/COPPE/UFRJ, segundo dados do Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Municipal, IBGE, 2006.

## 5. SETOR EMPRESARIAL

O setor privado na CN pode ser descrito quanto às empresas de modo mais genérico e quanto àquelas diretamente vinculadas ao turismo, sendo meios de hospedagem, empreendimentos de alimentação, receptivos turísticos e meios de transporte turísticos.

Em sua totalidade, são 5.376 mil estabelecimentos de comércio encontrados pelo IBGE, em 2004, nos doze municípios do roteiro. Eles estão concentrados, em sua maioria, no ramo do comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos com pouco mais de 3.000 estabelecimentos que representam 57 % das empresas do PCN.

Em contrapartida, a agricultura e a administração pública participam com as menores parcelas, 0,5% dos estabelecimentos como apresenta a **Tabela V 3**. Em todos os ramos que a pesquisa aborda, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), Parnaíba é a cidade que possui maior concentração em todos os subitens.

**Tabela V 3 — Estabelecimentos Comerciais por Município da CN**

Atividade	CN total	CN %
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	29	0,54
Pesca	95	1,77
Indústrias extrativas	32	0,59
Indústrias de transformação	330	6,14
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	7	0,13
Construção	74	1,37
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	3.066	57,03
Alojamento e alimentação	322	5,99
Transporte, armazenagem e comunicações	125	2,32
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	129	2,39
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	181	3,36
Administração pública, defesa e seguridade social	22	0,41
Educação	111	2,06
Saúde e serviços sociais	111	2,06
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	742	13,80
Serviços domésticos	-	0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	0

*Nota: De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).*

Fonte: LIMA/COPPE/UFRJ, com base na Pesquisa Anual do Comércio, IBGE, 2004.

Tratando especialmente das empresas turísticas, registram-se aproximadamente quatrocentos estabelecimentos no território da CN, sendo a maior parte concentrada no Estado do Ceará (192 empresas), enquanto os demais estados apresentam quantidades semelhantes e aproximadas a cem empreendimentos. Reconhece-se que essas quantidades sejam somente aproximações pela dinâmica própria dos micro e pequenos negócios, normalmente informais, ser sujeita ao intenso rodízio de aberturas e fechamentos sem registro.

Conforme esperado, a maior concentração de empresas se dá no ramo de alimentação, ainda que esse não possa ser considerado um sub-setor inerentemente turístico, como hospedagem, ao servir apenas ao turista e não ao local<sup>4</sup>. Nessa análise, as empresas de transporte não foram consideradas separadamente pelo fato verificado em campo que o transporte turístico na região é, em grande parte, realizado pelas empresas de receptivo, que possuem e alugam veículos 4x4, barcos e oferecem passeios ao longo da CN.

**Tabela V 4 — Composição Empresarial do Setor Turístico na CN**

	Municípios	Empresas de alimentação	Empresas de Hospedagem	Empresas de receptivo	Total Empresas
PI	Parnaíba	25	25	6	31
PI	Ilha Grande	8	0	0	8
PI	Luis Correia	11	12	0	23
PI	Cajueiro da Praia	13	7	0	20
PI	Microrregião	57	44	6	107
CE	Barroquinha	8	2	0	10
CE	Camocim	37	16	1	54
CE	Jijoca de Jericoacoara	16	3	0	19
CE	Vila de Jericoacoara	40	58	7	105
CE	Microrregião	103	81	8	192
MA	Barreirinhas	14	25	12	51
MA	Paulino Neves	8	6	0	14
MA	Tutóia	10	9	-	19
MA	Água Doce do Maranhão	-	-	-	-
MA	Araioses	15	5	0	20
MA	Microrregião	47	45	12	104
	Total	207	170	26	403

Fonte: LIMA;/COPPE/UFRJ, com base Mtur; SEBRAE; SENAC (2006) e folheteria promocional do roteiro, 2006.

Apesar de Parnaíba ser a cidade com maior concentração de empresas quando contabilizados os ramos de atividade da CNAE, a Vila de Jericoacoara apresenta número bastante superior às demais cidades quando se refere às empresas de alimentação, hospedagem e receptivo. Apenas na Vila, contabilizaram-se 105 empresas,

<sup>4</sup> Conforme Leiper (2003).

tendo como base apenas as formalizadas. Essa quantidade é semelhante ao que se encontra na totalidade das demais microrregiões.

No Maranhão, a maior parte destas empresas encontra-se em Barreirinhas, perfazendo um total de 51, seguido de Araióses, vinte, e Tutóia, dezenove, conforme levantamento realizado pelo LIMA/COPPE/UFRJ. Números similares foram colhidos pelo comitê executor do roteiro integrado coordenado pelo SEBRAE, CEPIMA, entretanto as estimativas do SEBRAE de Barreirinhas são significativamente, cerca de 150 empresas vinculadas ao turismo, estando incluídos os meios de transporte e guias, formais e informais. Observe-se que nenhum município do estado detém em seu território empresas de receptivos além de Barreirinhas, e que os meios de hospedagem em Tutóia são nove e em Araióses, cinco.

O crescimento do turismo tem estimulado o surgimento de empresas diversas, assim como, de organizações que as representam junto aos poderes estatais. Várias destas empresas são criadas por indivíduos provenientes de outras localidades no Maranhão e mesmo fora do estado. Os nativos são, proporcionalmente, cada vez menos. Este padrão se repete também no Ceará e, em menor escala, no Piauí.

Afora Barreirinhas, nos outros municípios as representações patronais ou de autônomos relacionadas ao turismo são relativamente recentes, na maioria débeis. Em Tutóia, constatou-se um núcleo gestor do turismo pequeno, mas ativo. Nas demais localidades maranhenses da CN, o setor privado ainda não demonstra sinais de organização produtiva, à exceção de associações com caráter mais comunitário do que empresarial, como aquelas de Paulino Neves, referentes às artesãs e aos agricultores ou de Araióses, referentes a pescadores, barqueiros e arrumadores que serão comentadas na próxima seção.

Os setores que estão organizados o fazem em forma de associações ou comitês, como associações dos proprietários de meios de hospedagem ou comitê gestor do turismo, do roteiro CEPIMA. A **Tabela V 5** mostra um panorama dessas organizações empresariais diretamente vinculadas à atividade turística por município da CN.

De modo geral, a incidência de organizações empresariais se dá em maior escala em cidades mais voltadas à atividade turística, como Barreirinhas e Jericoacoara.

Em Parnaíba e Camocim, cidades economicamente mais robustas ao longo do roteiro, não foram encontradas muitas iniciativas dessa natureza.

Verifica-se ainda que as cidades de menor porte e de menor participação no turismo também não revelam um setor produtivo organizado em associações, provavelmente por ser um setor ainda incipiente e com iniciativas predominantemente informais.

Isso leva a crer, como esperado, que o grau de organização do setor produtivo para o turismo esteja vinculado à expressividade efetiva do turismo como atividade econômica para o local.

No setor privado, principalmente em Jericoacoara e Barreirinhas, foi identificada uma variedade de associações vinculadas à atividade turística, ainda que iniciantes em grande parte. Na primeira existem representações dos segmentos de guias, transportes (bugues, caminhonetes, cavalos), esportes e hospedagem. Entre essas, aquela que se mostra mais estruturada e antiga na cidade é a dos bugueiros, que conta com sede própria na rua principal, regras de conduta e sistemas de regulação e sanção próprias.

Na sede de Jijoca foi identificada a Associação dos motoristas de Jardineiras, que transportam pessoas nos quilômetros finais entre Jijoca e a vila de Jericoacoara. Na vila de Jericoacoara não se registrou associativismo entre o segmento de alimentação e o de receptivo turístico, em que estão presentes cerca de quarenta e sete empresas, respectivamente. No primeiro caso, há iniciativas apoiadas pela Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) para que seja criada uma representação local. Aparentemente, no segundo caso, as contradições internas parecem ser o impeditivo maior.

Em Camocim, há um farto conjunto de associações, tanto empresariais quanto de trabalhadores, e mesmo do terceiro setor, algumas antigas. Curiosamente, identificou-se o centro gestor de uma iniciativa de associativismo que articula empresas distribuídas nos três estados envolvidos, compondo o que se chama *Roteiro Prima Classe*, em que há parcerias entre três *resorts* e três empresas de receptivo, em três cidades, cada qual localizada em um estado diferente, conduzido pelo *resort* Boa Vista. Também foi identificada uma associação de bugueiros, que chega a trabalhar em parceria com aquela de Jericoacoara, na alta estação. As demais associações empresariais conservam maior vínculo com as atividades produtivas mais expressivas do município.

Tabela V 5 — Organizações Empresariais de Turismo por Município

	Municípios	Organizações empresariais
PI	Parnaíba	Associação dos Taxistas Colônia de Pescadores
PI	Ilha Grande	Associação de Artesãos
PI	Luís Correia	Roteiro Prima Classe Associação dos Barraqueiros da praia
PI	Cajueiro da Praia	Associação de Condutores de Turismo de Barra Grande Associação de Condutores de Turismo Tremembés
CE	Barroquinha*	
CE	Camocim	Associação Taxistas Associação Bugueiros Sindicato dos Restaurantes, Hotéis, Pousadas e Similares Roteiro Prima Classe Colônia de Pescadores Associações dos Pescadores e Marisqueiras
CE	Jijoca de Jericoacoara	Associação das Camionetas de Jijoca de Jericoacoara Associação dos Cavaleiros Associação de Bugueiros Associação dos Transportes Alternativos Associação das Pousadas APJERI Associação de Guias Associação de <i>Kitesurf</i> , <i>Windsurf</i> e Capoeira Colônia de Pescadores
MA	Barreirinhas	Roteiro Prima Classe Associação dos Toyoteiros Associação dos Lancheiros Associação dos Guias Colônia de Pescadores Associação das Artesãs
MA	Paulino Neves	Associação de Artesãos
MA	Tutóia	Associação de Artesãos Colônia de Pescadores Associação de Pescadores e Marisqueiras Associação dos Portuários
MA	Água Doce do Maranhão*	
MA	Araioses*	

Fonte: LIMA/COPPE/UFRJ, com base nos dados levantados na visita a campo, 2006.

As cidades da CN no Piauí apresentam, aproximadamente, 107 empresas ao longo do roteiro. Como nos casos anteriores, reconhece-se que essa quantidade seja uma aproximação pela dinâmica própria de micro e pequenos negócios. Como exemplo, em Luís Correia existe a Associação dos Barraqueiros da praia, que representa cerca de quarenta estabelecimentos.

Em Parnaíba foi identificada no nível empresarial a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e a Associação Comercial e Industrial, não sendo nenhuma dessas exclusivamente dedicadas à empresas turísticas.

Chama atenção o fato de que, em Parnaíba, as empresas de receptivo sejam antigas, com cerca de dez anos de existência, tendo havido a dissolução da Associação dos Receptivos Turísticos por desentendimentos internos. Entretanto, ainda assim, existe um espaço de cooperação entre essas empresas para que elas possam minimizar seus custos e tentar otimizar os lucros, com a organização das saídas rotativas de barcos e gerenciamento comum. Uma lista é elaborada com um *voucher* único, de forma que haja rodízio entre as empresas e maior possibilidade de os barcos saírem completos. Houve também a iniciativa dos empresários de padronização do preço do passeio. Ainda que haja essa instância de organização social e participação dos empresários, ela é ainda muito restrita.

Merece destaque, também, o fato de o turismo na Região Norte do Piauí aparecer de forma mais verticalizada em sua cadeia do que no Maranhão e no Ceará. Ou seja, há maior concentração de prestadores de serviço na mesma empresa, já que os barcos, os carros e as lanchas para os passeios ao Delta e às praias pertencem aos mesmos empresários donos das agências de receptivo que se concentram em Parnaíba. Isso potencializa menor distribuição da renda do turismo e eventuais reduções do número de empreendedores e do efeito multiplicador dessa atividade.

Percebe-se, em todo território, que as empresas mais envolvidas com o roteiro são aquelas de receptivo turístico, ainda que essas não apresentem altos graus de cooperação entre si, conforme observado nas cidades-âncora. A noção de roteiro é mais facilmente trabalhada pelos receptivos, o que se pode entender frente à própria natureza do negócio desses empreendimentos, que, essencialmente, são os responsáveis pela articulação de insumos para a realização do turismo. Por outro lado, também é compreensível, frente à natureza do negócio não ser necessariamente turística, que se as empresas de alimentação tenham, aparentemente, menor envolvimento com o roteiro e suas ações.

## 6. ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

O terceiro setor é pouco desenvolvido na microrregião, do ponto de vista de organizações de envergadura e capacidade de mobilização e visibilidade. No entanto, em todos os municípios há uma enorme profusão de pequenas e ínfimas associações.

Surpreende a quantidade de pequeníssimas organizações de caráter local, municipal, mas também distrital, que não poderiam ser conhecidas senão pela visita exploratória aos locais.

Estima-se que em Paulino Neves elas sejam cerca de cinquenta, e um número quatro vezes maior em Tutóia e Barreirinhas, com quase duzentas organizações em cada. A maior riqueza do setor encontra-se nas pequenas organizações, em geral de pouca formalidade ou mesmo informais, como associações comunitárias, de vizinhança ou moradores, de caráter esportivo ou cultural.

Afora as organizações de representação de empresários e autônomos, já citadas na seção anterior, podem-se registrar associações de trabalhadores, sobretudo rurais, e de pescadores, presentes em todas as municipalidades. Há também sindicatos ou representações urbanas, como a dos professores, em Barreirinhas.

O segmento mais expressivo é o de organizações comunitárias, mas o de maior crescimento, aparentemente, situa-se no âmbito das organizações ambientalistas, acompanhadas pelo setor empresarial. Em todas as cidades e povoados, há iniciativas, em geral muito pequenas e informais neste sentido. Algumas são vinculadas a intelectuais nativos, ou recém chegados, outras estimuladas por organizações maiores sediadas fora da microrregião, mas que conservam seus interesses e formas de atuação.

No Ceará, assim como em relação à quantidade de empresas, Jericoacoara demonstra um número bastante superior de instituições da sociedade civil organizada. Relacionadas aos interesses comunitários locais, aquelas mais atuantes são a Associação dos Moradores e o Conselho Comunitário de Jericoacoara, sendo a segunda uma organização mais antiga e tradicional, porém menos aberta à incorporação dos moradores “adventícios de Jericoacoara” como atores, o que resultou na ruptura em duas representações dos moradores da cidade. Historicamente, o Conselho Comunitário tem registro de atuação em assuntos, como saúde e educação, entre outros aspectos relevantes para o bem-estar da comunidade; entretanto, atualmente, não parece gozar do mesmo nível de atividade e legitimidade.

Voltada para as questões de turismo e meio ambiente como interesses principais, foi identificada a SOS Jeri, bem como organizações que desempenham trabalhos em Jericoacoara há mais tempo e mantêm sedes em Fortaleza: o Instituto Terramar e o Fórum dos Pescadores e Pescadoras, organizados nas redes do Fórum Defesa da Zona Costeira, que possui um grupo de trabalho especialmente voltado para o turismo, e o Portal do Mar, que congrega as três últimas organizações citadas. Também como rede de movimentos sociais atuantes na região, foi identificado o Fórum das Organizações da Sociedade Civil do Vale do Coreaú, com sede em Camocim e considerado uma das instâncias mais legítimas para a representação da região em que está sediada. Essas organizações podem ser consideradas como espaços de diálogos interessantes para a inserção de assuntos de turismo e meio ambiente porque se articulam em redes com outras organizações de alcance nacional e internacional, além de se articularem com universidades públicas do estado.



No Estado do Maranhão, há sinais de crescimento do número de organizações em Barreirinhas e seus arredores em virtude do projeto de incubadora de empresas desenvolvido pelo Mtur em parceria com a Agência de Cooperação Espanhola e a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Há, também, exemplos de organizações sediadas fora da microrregião, mas com interesse, atuação e parcerias locais, como por exemplo:

- Associação Maranhenses para a Conservação da Natureza (AMAVIDA);
- Instituto Maranhense de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IMARH);
- Planeta Vida;
- Fórum Carajás;
- Associação de Preservação de Áreas Pantanosas (BIOMANGUE);
- Sociedade Maranhense de Defesa da Natureza (SOMAGEMMA);
- Instituto de Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental (Instituto Realiza);
- Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (CNPT);
- Capacitação e Desenvolvimento Sustentável Local (ETHOS).

Algumas dessas organizações participam do Conselho do PDITS do estado, atualmente com suas atividades suspensas em função das dificuldades de se obter avanço na programação realizada, mas também em função da mudança de governo.

No Piauí, encontra-se o Centro Piauiense de Ação Cultural (CEPAC), ONG piauiense com maior evidência nacional por fazer parte de redes estruturadas e da Associação Brasileira das ONGS (ABONG). Apesar de sua articulação com movimentos do estado e do conhecimento sobre as questões da região norte do Piauí, essa organização mantém seu foco na convivência com o semi-árido, o que exclui a região litorânea do foco dos trabalhos. Ainda assim, presta assistência a outras organizações do local como ao Centro de Assistência aos Movimentos Populares de Parnaíba (CAMP); Centro Regional de Assessoria e Capacitação (CERAC); Associação dos Catadores de Caranguejo e ainda, media alguns conflitos fundiários na região frente ao INCRA. Outras ONGs encontradas na região e com trabalhos acompanhados pela Secretaria de Meio Ambiente, em Parnaíba, são a SOS Natureza, Instituto FloraVida, Amadelta (Associação de Monitores Ambientais do Delta) e a Associação dos Jovens Protagonistas de Ilha Grande (AJPIG).

Chamou a atenção em Parnaíba o fato de ter diversas organizações não-governamentais internacionais com atuação em parceria no território, como a Fundação Kellog, Care Brasil e a COSPE, organização italiana de Cooperação para Países Emergentes.

Como um espaço de diálogo e ação interessante, destaca-se a Aliança Mandu, movimento entre CARE Brasil, EMBRAPA Meio Norte, Instituto Floravida, Universidade Federal do Piauí (UFPI) e outros que atuam por meio de programas e projetos com jovens da região para o desenvolvimento local sustentável (CARE BRASIL, 2006). Essa aliança desenvolve projetos como Observatório das Juventudes, Portal Integra, Vitrine Tecnológica e Teia Jovem, nos municípios de Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba, envolvendo cerca de 300 jovens, nos 18 meses de atuação (Fundação Kellog, 2006).

A partir desses dados, pode-se apontar uma das características mais marcantes relacionadas às organizações não-governamentais na CN: a aparente disparidade entre a organização do terceiro setor no Piauí em relação aos demais estados<sup>5</sup>.

Existe a presença de um terceiro setor menos amador e expressivamente mais articulado entre diferentes organizações em Parnaíba e seu entorno, o que abrange os demais municípios da CN piauiense. Já em Jericoacoara, foram identificadas organizações um pouco mais antigas, além de trabalho de ONGs nacionais bem articulado. Enquanto isso, nas demais localidades essas iniciativas são caracterizadas por maior informalidade, amadorismo e vida mais recente. Ainda que nessas outras localidades sejam observadas iniciativas tímidas e pouco estruturadas, elas podem ser consideradas organizações mais endógenas do que exógenas, o que revela certo potencial de promoção da participação social ao redor de assuntos relevantes para a AAE da CN.

A Tabela V 6 apresenta um resumo das principais organizações da região de estudo.

Tabela V 6 — Organizações Não-Governamentais na Costa Norte

	Municípios	Organizações de Trabalhadores e Comunitárias	Organizações Ambientalistas
PI	Parnaíba	Centro de Assistência aos Movimentos Populares de Parnaíba Centro Regional de Assessoria e Capacitação Fundação 14 de agosto	Aliança Mandu: Fundação Kellog, Care, Instituto Flora-Vida, CEDES Associação de monitores ambientais do Delta - Amadelta SOS Natureza Fundação Parnaíba Viva Fundação Rios Parnaíba Terra-Mangue Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável
PI	Ilha Grande	Associação de Catadores de Caranguejo Associação das Rendeiras	AJPIG Associação dos Jovens Protagonistas de Ilha Grande
PI	Luís Correia		Fundação SOS Natureza
PI	C. da Praia	Associação dos Carcinicultores	
CE	Barroquinha*		
CE	Camocim	Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba ACOMOTA Associação dos Carcinicultores de Camocim	Fórum das Organizações da Sociedade Civil do Vale do Coreaú
CE	Jijoca de Jericoacoara	Associação dos Moradores Conselho Comunitário Fórum dos pescadores e pescadoras Associação Comunitária de Mangue Seco	Lagoa Viva Instituto Terramar Fórum Defesa da Zona Costeira Portal do Mar SOS Jeri
MA	Barreirinhas	Associação de moradores Cooperativa de artesãs COOPALMAR	
MA	Paulino Neves	Associação das artesãs Associação dos agricultores Associação de Pesca Comunitária dos Moradores do Povoado da Praia do Tatu PIVOT Brasil (Unicef)	Ong Orvalho
MA	Tutóia	Associação Artesanato Fibra do Buriti PIVOT Brasil (Unicef)	Grupo Aguapé Fundação Cultural Assistencial e Ecológica o Homem e a Natureza
MA	Água Doce do Maranhão *		
MA	Araioses		Instituto Ilha do Caju

Fonte: LIMA/COPPE/UFRJ, com base em visitas de campo e dados secundários, 2006.

<sup>5</sup> Esta conclusão pode estar com viés em virtude de não se tratar ainda de um estudo exaustivo.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão posterior deste diagnóstico e dos resultados da Avaliação Ambiental Estratégica com os atores locais permitirá, sem dúvida, seu aprofundamento e aperfeiçoamento, retificando-se e complementando-se algumas das conclusões que seguem.

Do *ponto de vista geral*, chama a atenção o fato de que a região é marcada por cinco traços distintos:

- pobreza — os IDHs são todos abaixo do índice nacional e mesmo regional, os indicadores sociais, como educação, por exemplo, são muito baixos;
- desigualdade — os municípios têm infra-estrutura e oferta de serviços muito desiguais entre si;
- disparidade — do ponto de vista turístico os municípios têm formas de inserção muito distinta;
- dinamismo econômico — com raras exceções os municípios possuem indicadores acima da média do estado, em grande parte pelo crescimento das atividades de turismo; e
- crescimento dos conflitos — as mudanças provocadas, sobretudo, pelo aumento das atividades de turismo impactam a sociedade local com mudanças que criam condições favoráveis ao desenvolvimento de conflitos entre os diversos atores sociais.

Do *ponto de vista das atividades de turismo*, também podem ser apontados cinco traços marcantes da região analisada:

- a atividade está basicamente vinculada ao meio natural, sobretudo sol e praia, em um ambiente frágil e carente de cuidados específicos;
- o turismo funciona como principal catalisador das organizações e mobilizações sociais, assim como dos conflitos;
- apesar das carências, no setor privado do turismo, percebe-se o surgimento de uma cultura de associativismo;
- a participação dos estados e dos municípios nas decisões do roteiro integrado ainda é bastante desequilibrada, privilegiando as unidades com maior histórico e reputação no setor; e
- o setor público municipal vinculado a turismo e meio ambiente é, via de regra, carente de corpo técnico e de bases materiais para seu trabalho.

A dimensão do **associativismo e da participação social** é marcada:

- por iniciativas organizacionais recentes em torno do turismo, reunindo, sobretudo, empresários;
- pela grande quantidade de micro e pequenas organizações comunitárias espalhadas em todo o território, incluindo distritos e povoados, sem grande visibilidade e capacidade de articulação ou mobilização, com algumas exceções que tendem a crescer;
- pelo dinamismo organizacional emergente, em particular em relação ao terceiro setor e as suas articulações com redes e organizações nacionais e internacionais;
- por conflitos crescentes com o poder público; e, finalmente,
- pelo crescimento de organizações do terceiro setor voltadas para as relações entre o turismo e os impactos ambientais.

## Anexo I

Sugestão preliminar de atores para compor o Comitê de Acompanhamento da AAE nos estados do Ceará, Maranhão e Piauí.

Nome	Instituição	Local	Contato
<b>Ceará</b>			
Ugo	Gerente Resort Boa vista e articulador roteiro Prima Classe	Camocim	(88)3621.6800
Paula Salles	Receptivo Jeri off Road	Jericoacoara	(88) 3603.1603 jeri@jeri.tur.br
Tiago	Gerente Pousada do Norte	Jericoacoara	(85) 3669 2266
José Osmar Fonteles	Chefe do IBAMA Parna Jericoacoara	Jericoacoara	(85) 3669.2140
Inácio Prata	Prodetur CE Gerente de Meio Ambiente	Fortaleza	(85)3101. 4687
Antonio Brito	Sebrae CE Gerente Roteiro Integrado CE	Fortaleza	(85) 9603.8181 matosbrito@ce.sebrae.com.br
Rita Bonini	Agência Espanhola de Cooperação	Camocim	(88) 9444-1203 ritabonini@yahoo.com.br
Karin Goidanich	Consultora do Sebrae para o projeto Roteiro Integrado CEPIMA	Consultora dos 3 estados	(51)3268.0424 <a href="mailto:klgconsultoria@terra.com.br">klgconsultoria@terra.com.br</a>
Jefferson Souza	Instituto Terra Mar Fórum de Defesa da Zona Costeira Cearense, Portal do Mar, Tourism Global Network GT Turismo	Fortaleza	(85)3226.2476/4154 <a href="mailto:jefferson@terramar.org.br">jefferson@terramar.org.br</a>
<b>Maranhão</b>			
Francisco Soares	Gerente da Pousada Porto Burity e líder comunitário	Caburé, Barreirinhas	(98) 3349-1800 (pousada) 3239-0434 (residência)
Sousa	Rota das Trilhas	Barreirinhas	(98) 3349-0372
Maurício	Sebrae	Barreirinhas	(98) 3349.1529
Nazareno	Secretário Municipal de Turismo e meio ambiente	Paulino Neves	(98) 3487.1249
Marcos Arruda	Proprietário da Pousada Jagatá e membro do comitê gestor	Tutóia	(98) 3479-1551 Endereço: Av. Beira-mar, 1000 - Praia da Andreza
Gabriela Silva Noronha	Incubadoras Tecnológicas	Barreirinhas	(98) 91482593
<b>Piauí</b>			
Gilson Vasconcelos	Sebrae PI Gestor estadual do Projeto CEPIMA	Teresina	(86) 3216.1300
Socorro Reis	Associação das Rendeiras Presidente	Ilha Grande	(86) 3323.0187 casadasrendeiras@hotmail.com
Carlitus	Empresário de barraca de praia	Luís Correia	(86) 3367.2022 icarlitus@bol.com.br
Lara	Empresária de receptivo - Clip turismo – e representante dos receptivos no Comitê Gestor do Roteiro Integrado Sebrae	Parnaíba	(86) 3322.3129 clipecoturismo@clipecoturismo.com.br
Edson Teófilo	Articulador do Consórcio	Parnaíba	eteofilof@terra.com.br (86) 3323-5381 (86) 8802.5517
Roseane	Diretoria da Secretaria de Meio Ambiente Litoral Norte	Parnaíba	(86) 3321.1800 biologaphbl@hotmail.com
CAMP	Simão	Parnaíba	(86) 3322.6389
CERAC	José Maria	Parnaíba	(86) 3323.9130
Aliança Mandu	João Martins de Oliveira Neto - coordenador executivo do projeto	Parnaíba com ação nos demais municípios PCN	(86)33769997 carebrasil@br.care.org jmartins@br.care.org

Fonte: LIMA/COPPE/UFRJ, com base em visitas de campo e dados secundários, 2006.